



cadernos
ciespi

Compromisso com as
infâncias do mundo.



Vozes de jovens grávidas e/ou mães em contextos de vulnerabilidade

**Pesquisa &
Políticas Públicas**


ciespi 
centro internacional de estudos e pesquisas sobre a infância

em convênio com

PUC
RIO

Vozes de jovens grávidas e/ou mães em contextos de vulnerabilidade/Renata Mena Brasil do Couto; Juliana Batistuta Vale; Irene Rizzini – 1ª ed. – Rio de Janeiro: CIESPI, 2019. 24p. il. 20cm

ISBN:978-85-60079-19-3

1. maternidade. 2. adolescentes e jovens 3. situação de rua. I. Couto, Renata Mena Brasil do II. Vale, Juliana Batistuta; III. Rizzini, Irene. IV. Título.

CDD300

**Vozes de jovens grávidas e/ou mães
em contextos de vulnerabilidade**

Renata Mena Brasil do Couto; Juliana Batistuta Vale e Irene Rizzini

1ª edição (2019) – Rio de Janeiro – RJ
CIESPI

Sumário

1. Introdução	04
2. Contextualizando o tema da pesquisa	06
3. A pesquisa de campo e sua metodologia	08
4. Apresentação e análise dos dados.....	12
4.1. Perfil das adolescentes e jovens grávidas e/ou mães (12-24 anos)	12
5. Discussões e reflexões finais	18
6. Bibliografia.....	23

O Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância – CIESPI é um centro de estudos e de referência associado à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), dedicado ao desenvolvimento de pesquisas e projetos sociais voltados a crianças, adolescentes, jovens e seus elos familiares e comunitários. Tem como meta subsidiar políticas e práticas sociais para esta população, contribuindo para o seu desenvolvimento integral e para a promoção e defesa dos seus direitos.



Rio de Janeiro, outubro de 2019

Esta publicação é resultado de pesquisa em desenvolvimento no escopo do projeto Tô grávida, e agora? Vozes de jovens em contextos de vulnerabilidade, em parceria com a Associação Beneficente São Martinho. Esta iniciativa é possível graças ao suporte da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e da FAPERJ/CNE E-26/202.812/2017. Texto de Renata Mena Brasil do Couto; Juliana Batistuta Vale e Irene Rizzini. Editores: Irene Rizzini. Maria Cristina Bó. Malcolm Bush. Design: AgênciaComunicar/PUC-Rio.

Introdução

Esta publicação apresenta a análise dos resultados de uma pesquisa realizada pelo CIESPI/PUC-Rio em parceria com a Associação Beneficente São Martinho junto a adolescentes e jovens grávidas e/ou mães que vivem em contextos de vulnerabilidade. Ao longo do texto, destacamos a importância da construção de redes de apoio capazes de assegurar às famílias proteção básica e a oferta de oportunidades para que possam transpor adversidades e enfrentar desafios que afetam suas vidas, como a falta de estudo; a instabilidade no trabalho; os conflitos familiares; o isolamento materno; a influência do comércio ilegal de drogas; a pobreza; e a gravidez não planejada.

Em abril de 2019, o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) voltou a alertar sobre o alto índice de gravidez na adolescência no Brasil. No país, a taxa é de 62 adolescentes grávidas para cada mil jovens do sexo feminino com idades entre 15 e 19 anos. Esse índice é igual ao da América Latina e Caribe (62) e maior do que a taxa mundial (44). Nas regiões mais desenvolvidas, a taxa de fecundidade na adolescência é de 14, enquanto nos países menos desenvolvidos, a média é de 91. Além de problemas de saúde para as gestantes e para os próprios bebês, a gravidez na adolescência traz implicações sociais importantes.

Quando ocorre em contextos de vulnerabilidade, como é o caso das ruas, a

gravidez e a maternidade tornam-se ainda mais desafiadoras, assim como questões importantes para o campo das políticas públicas. Foi com essa preocupação em mente que, no segundo semestre de 2016, demos início ao projeto “Tô grávida, e agora? - Vozes de jovens em contextos de vulnerabilidade”, uma parceria entre o Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI/PUC-Rio) e a Associação Beneficente São Martinho¹.

O projeto tem como objetivo reunir adolescentes e jovens grávidas e/ou mães em contextos de vulnerabilidade social, como em situação de rua e moradoras de ocupações, bairros periféricos e favelas, para conversar sobre experiências de gravidez e maternidade; disponibilizar informações sobre o tema; e pensar estratégias de acesso a direitos e cuidados em

1 Associação Beneficente São Martinho, fundada e atuante na cidade do Rio de Janeiro desde 1984, é uma organização sem fins lucrativos, vinculada à Província Carmelitana de Santo Elias. Sua missão é “contribuir para o desenvolvimento integral e a garantia dos direitos de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social, por meio da inclusão profissional, cultural, esportiva, do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e da vivência espiritual”. Desta equipe, participaram da pesquisa com apoio da Cáritas Suíça: Lucimar Correa (Coordenadora do Núcleo de Acompanhamento Interdisciplinar - NAI), Diego de Bem, Valdinei Martins, Luiz Carlos M. de Oliveira, Raphael V. Abbade, Caroline P. Bezerra, Priscila Pires, Myllena Cris A. Silva e Kelly Daiane S. L. S. Pedrosa. Da equipe do CIESPI/PUC-Rio, além das autoras, responsáveis pela coordenação, pesquisa, sistematização e análise dos dados coletados, contribuíram para o projeto: Maria Cristina Bó, Mônica Regina A. Figueiredo e Hanna A. Coelho.

saúde. Até o presente, foram executadas três fases nesse projeto. Na primeira, organizamos encontros com adolescentes grávidas e/ou mães, visando uma aproximação com o tema, e produzimos, junto com elas, o filme “Tô grávida, e agora?”, que alcançou o primeiro lugar no I concurso audiovisual “Posso Falar?”, promovido pela Rede Rio Criança, em parceria com a ONG Kyio e o Ponto de Cultura Madame Satã.

Na segunda fase do projeto, no segundo semestre de 2017, reunimos um grupo de adolescentes e jovens grávidas e/ou mães com trajetória de vida nas ruas, para conversar sobre experiências de gravidez e maternidade. Através de oficinas semanais, realizadas durante três meses, abordamos temas como: “Gênero e Afetividade”; “Educar sem Violência”; “Exercício da Maternidade e da Paternidade”; “Conflito com a Lei”; “Exercendo Direitos”; “Saúde da Mulher”; “Aleitamento”; “Primeiros Cuidados”; e “Sexo e Drogas”. As rodas de conversa foram pensadas de modo a estimular a participação das jovens nos debates e foram permeadas por dinâmicas e pela exibição de pequenos vídeos. Para trabalhar os temas de saúde convidamos profissionais especialistas que compõem a rede de serviços que atende a esta população.

Com o envolvimento direto das participantes do projeto, ao longo das oficinas, produzimos uma exposição de fotos, chamada “Bastidores”, e um folder/material educativo, com o objetivo de sistematizar e divulgar as informações e o conhecimento discutido nesta fase do projeto. Além disso,

foram gravados pequenos vídeos em que as jovens foram convidadas a responder uma pergunta central (“O que é ser mãe?”) e uma pergunta temática específica para cada uma (que abordava temas sobre os quais elas demonstraram interesse). O resultado dessas filmagens transformou-se no vídeo “O que dizem as mães”².

Para dar seguimento ao projeto, percebemos a necessidade de compreender mais profundamente a realidade das adolescentes e jovens que vinham participando das atividades promovidas. Por isso, no segundo semestre de 2018, na terceira fase do projeto, realizamos uma pesquisa de campo na qual analisamos o perfil das participantes do projeto e buscamos identificar outras participantes em potencial. Na pesquisa, foram incluídas adolescentes e jovens grávidas e/ou mães que vivem em contextos de rua e/ou ocupação e que são atendidas direta ou indiretamente pela Associação Beneficente São Martinho, no centro da cidade do Rio de Janeiro. São os resultados dessa pesquisa que apresentamos nesta publicação.

² Os dois vídeos produzidos ao longo do projeto podem ser acessados em: <http://www.ciespi.org.br/Publicacoes/Videos-17?from%5Finfo%5Findex=6>

2. Contextualizando o tema da pesquisa

Apesar do avanço nos debates internacionais acerca da garantia dos direitos humanos, diariamente acompanhamos o aprofundamento de práticas punitivas e repressivas relacionadas às crianças e aos adolescentes em situação de rua (CRC, 2015). O enfraquecimento dos vínculos familiares e comunitários, a proteção inadequada do Estado, a ausência da escola, o trabalho infantil, o envolvimento com o tráfico de drogas e a violência, entre outros elementos, tornam essa população um grupo particularmente suscetível a violações estruturais (UNICEF, 2011). Neste contexto, um segmento específico enfrenta desafios ainda mais complexos e interseccionais. É o caso de adolescentes e jovens que vivem a maternidade nas ruas.

A falta de informação sobre o tema em questão, a exposição à violência e à exploração sexual, o uso abusivo de drogas e o limitado acesso a serviços de saúde e planejamento familiar fazem com que adolescentes e jovens em situação de rua se tornem um grupo particularmente suscetível à gravidez e às doenças sexualmente transmissíveis. No entanto, como todo fenômeno complexo, a gravidez e a maternidade possuem causas e consequências diversas. Nas ruas, com o acesso aos serviços públicos e às oportunidades de apoio e melhoria de vida limitados, a gravidez e a maternidade na adolescência são frequentemente associadas a baixos índices de escolaridade, baixos rendimentos no

mercado de trabalho e à perpetuação de ciclos intergeracionais de pobreza, o que as tornam uma questão de grande relevância do ponto de vista humano e social.

Apesar da reconhecida gravidade destas questões, registramos um limitado número de pesquisas sobre o tema da maternidade e da gravidez, a partir da realização de um levantamento da produção acadêmico-científica, publicada entre 2000-2015, acerca das tendências teóricas e metodológicas relativas ao tema das crianças e adolescentes em situação de rua³.

A maior parte desses estudos busca explorar as contradições entre os aspectos positivos e negativos da gravidez e da maternidade na adolescência. Os primeiros são comumente relacionados às narrativas das entrevistadas e suas formas de vivenciar a questão. As adolescentes parecem interpretar estas como etapas naturais de amadurecimento que podem se transformar em plataforma de mudança para suas vidas. Uma vez grávidas, parte das jovens opta por sair das ruas e buscar diferentes formas de apoio, inclusive junto as suas

3 As considerações a seguir têm como base as seguintes publicações: “População infantil e adolescente em situação de rua no Brasil: análises recentes” (RIZZINI; COUTO, 2018A), “Maternidade adolescente no contexto das ruas” (RIZZINI; COUTO, 2018B) e “Gravidez na adolescência e maternidade no contexto das ruas” (RIZZINI; COUTO, 2016). Elas derivam dos projetos “Políticas Públicas e os Desafios da Implementação: Análise do Caso da Política de Atendimento a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua no Rio de Janeiro” (CNE, 2014-2017; FAPERJ Ref. n° E-26/201.274/2014) e “Entre a casa, as ruas e as instituições: crianças e adolescentes em situação de rua e as instituições de acolhimento no estado do Rio de Janeiro” (CNE, 2017-2020; FAPERJ Ref. n° E-26/202.812/2017).

famílias de origem e em instituições de acolhimento. Nestes casos, os filhos passam a representar uma oportunidade de transformação, reforçando planos de estudo e trabalho e a busca por melhorias em suas condições de vida (FERNANDES, 2012; SANTOS; MOTTA, 2014). Desta forma, a gestação e a maternidade podem se tornar estratégias de romper com invisibilidade para meninas, que passam a ocupar papéis socialmente reconhecidos, tornando-se mães e mulheres, e estabelecendo relações de amor e afeto muitas vezes até então inexistentes (GONTIJO, 2007; PENNA ET AL, 2012).

Já os aspectos negativos costumam relacionar-se à realidade social dessas mães e ao fato de que, muitas vezes, mais do que uma opção, a gravidez e a maternidade na adolescência podem ser fruto da ausência de oportunidades para que estas jovens visualizem um futuro diferente para si. As dificuldades de acesso ao mercado de trabalho e a ausência de um projeto profissional acabam muitas vezes cedendo lugar ao desejo de construir uma família (SCAPPATICCI, 2006; FERNANDES, 2008).

Embora sejam necessárias mais pesquisas sobre o tema e o aprofundamento deste debate, alguns caminhos vêm sendo apontados visando a implementação de políticas públicas interseoriais capazes de melhor responder às necessidades deste grupo. Recomenda-se, prioritariamente, a criação de programas e serviços que visem: (a) assegurar condições para o exercício

responsável da maternidade e da paternidade; e (b) apoiar jovens mães e pais para que eles possam alçar condições favoráveis de inserção social, educacional e laboral, visando uma maior autonomia. Além disso, é fundamental aprimorar a qualificação da rede de atendimento para que ela seja capaz de assegurar a proteção e o acesso de jovens mães, pais e seus filhos a múltiplos serviços e direitos. Deve ainda ser considerada prioridade a construção de equipamentos seguros capazes de efetivamente acolher mães e bebês conjuntamente, garantindo, sobretudo, seu direito à convivência familiar e comunitária (RNPI; IFAN, 2014; CIESPI/PUC-Rio, 2016).

3. A pesquisa de campo e a sua metodologia

O principal objetivo da pesquisa empreendida foi conhecer e analisar o perfil das adolescentes e jovens grávidas e/ou mães (12-24 anos) em situação de rua atendidas pela Associação Beneficente São Martinho na região central da cidade do Rio de Janeiro⁴.

Os objetivos específicos do projeto foram sistematizados da seguinte forma:

- 1) Levantar o perfil das ocupações e/ou dos locais de abordagem atendidos pela São Martinho⁵;
- 2) Levantar o perfil das adolescentes e jovens grávidas e/ou mães (12-24 anos) mo-

4 A amostra da pesquisa foi construída a partir de um recorte geográfico, dada a grande circulação de jovens em situação de rua na área central da cidade do Rio de Janeiro. O objetivo foi identificar os principais desafios das adolescentes e jovens grávidas e/ou mães que fazem parte deste grupo. A pesquisa tinha como uma de suas metas subsidiar as futuras ações do projeto “Tô grávida, e agora? - Vozes de jovens em contextos de vulnerabilidade” (Associação Beneficente São Martinho e CIESPI/PUC-Rio).

5 As ocupações existentes na cidade do Rio de Janeiro possuem perfis muito diversos. Na maior parte dos casos, na ausência de moradia, grupos se organizam para coabitar um prédio ou terreno até então abandonado. As ocupações também podem fazer parte das atividades de grupos que concedem a moradia em troca de favores ou mesmo quantias em dinheiro. Em outros casos, as ocupações são apoiadas por movimentos sociais, que contestam a especulação imobiliária, ao elevar os preços das moradias e impedir que as camadas mais pobres tenham acesso a este direito fundamental. A escassez de informações e publicações sobre o tema das ocupações, sobretudo aquelas realizadas de forma espontânea ou independente de movimentos sociais, nos permite apenas especular sobre a dinâmica interna desses espaços de moradia, com base em observações e relatos de seus moradores

radoras desses locais; e

- 3) Analisar demandas relacionadas ao universo da gravidez e da maternidade.

Inicialmente, o universo da pesquisa foi delimitado em 15 locais de abordagem e/ou ocupações indicados pela equipe da Associação Beneficente São Martinho, onde seus educadores sociais possuíam vínculos de trabalho. Foi previsto que a coleta de dados fosse realizada por duas duplas de profissionais, entre os meses de outubro e novembro de 2018, a partir de dois questionários distintos.

No levantamento do perfil das ocupações e/ou locais de abordagem atendidos pela São Martinho (questionário 1), a partir de informações disponibilizadas por pessoas de referência, foram registrados o número total de moradores e famílias e outras informações relacionadas à situação geral das ocupações e/ou locais de abordagem. Através do levantamento do perfil de adolescentes e jovens mulheres (questionário 2), foram entrevistadas adolescentes e jovens grávidas e/ou mães (12-24 anos) moradoras das ocupações ou que foram localizadas nos locais de abordagem atendidos pela São Martinho.

Para a realização desta pesquisa, consideramos a atualização do conceito de situação de rua amplamente divulgado através do documento “Diretrizes Nacionais para o Atendimento a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua” (CONANDA; SNDCA/MDH; CNER, 2017), lançado durante a 266ª Assembleia Ordinária do CONANDA, em outubro de 2017. Esse documen-

to trouxe uma contribuição importante no sentido de adequar e padronizar o entendimento acerca desta população no campo das políticas públicas, em particular através da Resolução Conjunta CNAS/CONANDA 001/2016. Esta Resolução afirma que crianças e adolescentes em situação de rua são:

sujeitos em desenvolvimento com direitos violados, que utilizam logradouros públicos, áreas degradadas como espaço de moradia ou sobrevivência, de forma permanente e/ou intermitente, em situação de vulnerabilidade e/ou risco pessoal e social pelo rompimento ou fragilidade do cuidado e dos vínculos familiares e comunitários, prioritariamente situação de pobreza e/ou pobreza extrema, dificuldade de acesso e/ou permanência nas políticas públicas, sendo caracterizados por sua heterogeneidade, como gênero, orientação sexual, identidade de gênero, diversidade étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade, de posição política, deficiência, entre outros (CONANDA; SNDCA/MDH; CNER, p. 27, 2017).

A Resolução também considera que:

Pode ainda ocorrer a incidência de outras circunstâncias que levem crianças e adolescentes à situação de rua, acompanhadas ou não de suas famílias, existentes em contextos regionais diversos, como as populações itinerantes, trecheiros, migrantes, desabrigados em razão de desastres,

alojados em ocupações ou desalojados de ocupações por realização de grandes obras e/ou eventos (CONANDA; SNDCA/MDH; CNER, p. 28, 2017).

Considerando que, no Rio de Janeiro, a ocupação de prédios públicos e privados historicamente faz parte da dinâmica da cidade, entendemos que pensar a situação de rua e os processos de circulação que ela compreende nos levam a refletir também sobre a realidade das ocupações e a complexidade das condições de vida e das relações ali estabelecidas. A questão mostra-se ainda mais urgente se considerarmos a intensificação dos processos de militarização das ruas, as remoções e os recolhimentos promovidos no esteio dos megaeventos realizados na cidade nos últimos anos.

O conjunto de 15 ocupações e/ou locais de abordagem definidos inicialmente como espaços privilegiados para a realização da coleta de dados sofreu algumas alterações ao longo da pesquisa. Através do trabalho de abordagem realizado para a aplicação dos questionários, os agentes de campo identificaram um total de 22 ocupações e/ou locais de abordagem onde a pesquisa poderia ser potencialmente realizada. Todavia, em grande medida devido à presença ostensiva do comércio ilegal de drogas e à ausência de sujeitos alinhados ao perfil adotado pelo projeto tanto nas ocupações quanto nos locais de abordagem, a coleta de dados foi realizada em 8 ocupações e 4 locais de abordagem na rua.

É preciso dizer que as ocupações e a rua pos-

suem perfis e dinâmicas bastante distintos e, por isso, é fundamental o estabelecimento de vínculos com pessoas de referência para que uma aproximação seja possível e qualquer tipo de trabalho seja desenvolvido. Infelizmente, nos dois meses dedicados à coleta de dados, algumas dessas pessoas não puderam ser localizadas pelos profissionais envolvidos na pesquisa. Mesmo durante o período relativamente curto estabelecido para a coleta de dados, as abordagens foram realizadas em diferentes dias da semana e em diferentes turnos, sendo que alguns encontros exigiram várias idas a campo em busca das adolescentes e jovens inicialmente identificadas.

O trabalho de abordagem realizado com o intuito de mapear os espaços potenciais de pesquisa e identificar as adolescentes e jovens compatíveis com o perfil adotado pelo projeto foi de suma importância. Este trabalho foi realizado por profissionais experientes e estagiárias de serviço social. A sensibilidade em relação ao tema e a capacidade de negociação com os sujeitos participantes da pesquisa foram habilidades fundamentais para a realização do trabalho. Considerando que adolescentes e jovens em situação de rua compõem uma população que desde muito cedo experimenta situações dolorosas e violações de direitos, este tipo de pesquisa precisa ser orientado por uma ética de cuidado e de respeito aos direitos humanos. Por essa razão, independente da larga experiência de trabalho, os agentes de campo participaram de um treinamento para a realização da pesquisa. Eles foram instruídos a explicá-la claramente às participantes e aplicar junto às mesmas Termos de

Consentimento Livre e Esclarecido (para maiores de 18 anos) e Termos de Assentimento (para menores de 18 anos), conforme previsto na Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 466, de 12 de dezembro de 2012.

Até o final do período de coleta de dados, foi possível aplicar questionários junto a 43 adolescentes e jovens grávidas e/ou mães. Destas, 37 compõem o perfil determinado inicialmente na metodologia da pesquisa, ou seja, apresentam trajetória de vida nas ruas.

Embora, inicialmente, a expectativa em relação ao número de adolescentes e jovens que participariam da pesquisa fosse alta, entendemos que alguns fatores possam ter dificultado a localização dessa população. São eles:

- As ações de militarização na cidade, com recolhimentos e deslocamentos forçados;
- O aumento do número de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas de privação de liberdade. Aventa-se a hipótese de que este fato tenha afastado muitas crianças e adolescentes das ruas ou mesmo que estes tenham sido encaminhados a instituições;
- A ampliação da rede de proteção do Estado, que atende a esta população nos Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) e Consultórios na Rua, assim como a ampliação dos programas de transferência de renda como Bolsa Família e Programa de Erradicação

do Trabalho Infantil;

- O quadro de gravidez, que faz com que muitas mulheres retornem para a casa de suas famílias de origem, evitando a exposição a que estão submetidas nas ruas;
- O período de chuvas experimentado durante a coleta de dados; e
- O tempo, relativamente curto (cerca de 2 meses), para a realização da coleta de dados.

Essas questões necessitam de maior aprofundamento e análise no que se refere ao entendimento da realidade de crianças e adolescentes em situação de rua, mas vão além do escopo da presente pesquisa.

4. Apresentação e análise de dados

A seguir, apresentaremos alguns destaques dos dados coletados ao longo da pesquisa. Foram diversos aspectos abordados sobre as jovens entrevistadas e os contextos onde se encontravam. Nesta publicação, priorizaremos as análises sobre o perfil das adolescentes e jovens grávidas e/ou mães (12-24 anos).

4.1 - Perfil das adolescentes e jovens grávidas e/ou mães (12-24 anos)

A grande maioria das 37 participantes incluídas na pesquisa é jovem (81%), com idades entre 18 e 24 anos e se autodeclarou preta ou parda (92%).

Um dado preocupante identificado, refere-se à frequência à escola, já que 92% das participantes afirmaram não estar estudando. Dentre elas, 21 (62%) pararam antes de completar o ensino fundamental e 6 (18%) pararam antes de completar o ensino médio. Apenas 3 (9%) completaram o ensino médio. Das 4 restantes, 2 frequentaram e abandonaram programas de educação para jovens e adultos, 1 nunca estudou e 1 deixou a pergunta em branco.

Tabela 1 - Adolescentes e jovens, por frequência à escola

	Total	Percentual
sim	3	8
não	34	92
total	37	100

Sobre o trabalho, mais da metade das ado-

lescentes e jovens (51%) afirmou estar trabalhando, como revela a tabela 2. Entre as que estão trabalhando, 13 (68%) atuam como ambulantes nas ruas do centro da cidade.

Tabela 2 - Adolescentes e jovens, por prática de trabalho

	Total	Percentual
sim	19	51
não	18	49
total	37	100

Perguntamos àquelas jovens que não estavam trabalhando no momento da pesquisa o que elas fazem para sobreviver e 13 (72%) responderam que recebiam apoio financeiro de familiares e/ou responsáveis, sendo que o companheiro foi citado em 8 desses casos. O mesmo número de participantes respondeu que recebe algum tipo de auxílio assistencial e, em 100% dos casos, o Bolsa Família foi citado como o programa acessado.

Tabela 3 - Adolescentes e jovens, por estratégia de sobrevivência

O que faz para sobreviver?	Total	Percentual
recebe apoio financeiro de familiares	13	28
recebe auxílio assistencial	13	28
frequenta instituições	8	17
faz pequenos bicos	6	13
pede esmola ou comida	5	11
trabalha junto com familiares e responsáveis	1	2
tráfico de drogas	1	2
total	47	100

Na tabela 4, de acordo com as informações fornecidas pelas participantes, é possível ver que

6 (16%) delas vivem abaixo da linha de pobreza extrema calculada pela Organização das Nações Unidas (renda inferior a 1,90 dólar/dia); e 14 delas (38%) vivem abaixo da linha de pobreza calculada para países de renda média-alta (renda inferior a 5,50 dólares/dia). Por outro lado, 13 (35%) adolescentes e jovens afirmam receber mais de R\$50 por dia.

Este é um dado que precisa ser observado com cuidado considerando a dificuldade de calcular a renda das adolescentes e jovens envolvidas na pesquisa. A grande maioria delas não possui um trabalho estável, nem uma renda fixa. Em alguns dias, “se a rua estiver boa”, elas podem conseguir arrecadar uma determinada soma em dinheiro, mas em dias em que a situação não está tão favorável, elas podem retornar para seus locais de moradia sem dinheiro algum. Parte delas ainda conta com o apoio financeiro de familiares, que também não garante a elas estabilidade. Possivelmente, os auxílios assistenciais que recebem do Estado, com destaque para o Bolsa Família, é o que lhes garante “mais segurança”. Esse é um ponto importante e que merece nossa reflexão, levando em consideração seus impactos sobre as condições de vida das adolescentes e jovens e de seus filhos.

Tabela 4 - Adolescentes e jovens, por faixa de renda diária

Faixa de renda	Total	Percentual
até R\$ 7,01	6	16
entre R\$7,01 e R\$20	8	22
entre R\$20,01 e R\$50	10	27
mais de R\$50	13	35
total	37	100

Mais da metade das participantes (54%) declarou possuir quatro ou mais documentos; 49% vivem em arranjos familiares nucleares tradicionais, com seus companheiros e filhos; e 81% são filhas de pais separados, sendo que 54% afirmaram ter um relacionamento bom ou muito bom com a mãe e apenas 30% disseram ter um relacionamento do mesmo tipo com o pai. Este é um ponto de destaque interessante que sinaliza a importância do fortalecimento das relações entre pais e filhos.

Sobre o local de moradia, 28 participantes (76%) vivem em ocupações. Destas, 64% gostam de morar nestes espaços e 82% acreditam que morar na ocupação lhes ajuda de alguma forma, sobretudo porque, em alguns casos, não pagam aluguel e estão perto do centro, onde “é melhor para trabalhar”.

Tabela 5 - Adolescentes e jovens, por local de moradia

Local	Total	Percentual
invasão/ocupação	28	76
rua	6	16
casa alugada	2	5
casa cedida	1	3
total	37	100

Além disso, 50% declararam que existem regras nestes locais, com destaque para o pagamento dos custos com advogado para regularização da situação de moradia. Entre as razões descritas para que elas fossem morar nas ocupações, destacam-se os “conflitos familiares” (14%) e “ir morar com o companheiro” (14%). A falta de moradia e a dificuldade de pagar aluguel também aparecem em destaque nesta

lista. Elas disseram ainda que ocupam a maior parte de seu tempo diário com “cuidados domésticos” (53%) e com “cuidados com os filhos” (50%).

Dentre as 6 participantes (16%) que afirmaram morar nas ruas, 4 (67%) estão nas ruas há menos de um ano; 5 (83%) dormem na rua mesmo; metade delas (50%) faz sua higiene pessoal em estabelecimentos comerciais; e 4 delas (67%) ocupam a maior parte de seu tempo na rua “curtindo/conversando/de boqueira” (na companhia de amigos). Problemas familiares foram citados por 5 participantes (83%) quando perguntadas sobre o porquê de não estarem em casa, sendo que 4 delas não voltam para casa por causa disso, destacando a figura do padrasto nos conflitos.

Sobre o cotidiano das participantes, 27 (73%) mencionaram não ter problemas de saúde; 34 (92%) já fizeram uso de cigarro, álcool e/ou outras drogas; e 30 (81%) ainda usam, conforme revela a tabela 6. O cigarro, a maconha e o álcool aparecem como as drogas de preferência.

Tabela 6 - Adolescentes e jovens, por uso de drogas

	Total	Percentual
sim	30	81
não	6	16
em branco/ não quis responder	1	3
total	37	100

Sobre a questão da violência, 12 das 37 participantes da pesquisa (32%) disseram já terem sido vítimas de algum tipo de violência, com destaque para a física. É preciso dizer que este número pode

estar subestimado, considerando que, embora tenham respondido que não sofreram nenhum tipo de violência, por vezes, no diálogo com os agentes de campo, as jovens relataram casos que poderiam ser enquadrados nas categorias apresentadas na tabela 7. Este é um tema delicado, pois muitas pessoas se envergonham de terem sido vítimas de violência. Além disso, por vezes, a violência sequer é entendida como tal.

Tabela 7 - Adolescentes e jovens, por tipo de violência vivida

Tipos de violência	Total	Percentual
te machucaram fisicamente	9	29
gritaram com você	6	19
foi vítima de preconceito	4	13
abuso sexual ou exploração sexual	4	13
ameaças	3	10
exploração no trabalho e/ou mendicância	1	3
te insultaram	2	6
recolhimento de pertences	1	3
submetido ao tráfico de drogas	1	3
total	47	100

OBS.: total ultrapassa 12 porque foram assinaladas mais de uma opção

Entre os principais agentes causadores da violência, destacam-se as figuras masculinas, como padrasto, ex-marido e companheiro. Infelizmente, a violência perpetrada por homens faz parte do cotidiano das participantes da pesquisa, o que reforça a importância de se desenvolver também atividades voltadas para o público masculino quando o assunto tratado é vida sexual e reprodutiva.

Ao serem perguntadas se já tinham passado por

alguma instituição restritiva ou privativa de liberdade, 23 (62%) responderam que sim, sendo que os abrigos e/ou instituições de acolhimento foram as mais citadas (40%).

Tabela 8 - Adolescentes e jovens, por instituição frequentada

Tipo de instituição	Total	Percentual
abrigo ou instituição de	20	40
instituição para	12	24
unidade prisional	7	14
instituição para	6	12
hospital psiquiátrico	5	10
total	50	100

OBS.: total ultrapassa 23 porque poderiam ser assinaladas mais de uma opção

Sobre a sexualidade, 30 participantes (81%) afirmaram manter relações sexuais com pessoas do sexo oposto; 26 (70%) disseram realizar consultas ginecológicas e exames preventivos periodicamente; e 33 (89%) mencionaram fazer uso de métodos contraceptivos, sendo a injeção anticoncepcional e a camisinha/preservativo os mais citados.

Tabela 9 - Adolescentes e jovens, por métodos contraceptivos de preferência

Tipo de método contraceptivo	Total	Percentual
injeção anticoncepcional	19	41
camisinha/preservativo	15	33
pílula anticoncepcional	7	15
tabelinha	2	4
diafragma	1	2
DIU	1	2
outro - planejamento familiar	1	2
total	50	100

OBS.: total ultrapassa 33 porque foram assinaladas mais de uma opção

Surpreende o fato de que grande parte das participantes da pesquisa tenha dito fazer uso de mais de um tipo de contraceptivo. Isso sugere que, embora a prática não seja necessariamente regular, elas conhecem e têm acesso aos métodos de prevenção à gravidez e às DSTs/AIDs.

A questão do aborto deve ser observada cuidadosamente, uma vez que 12 participantes (32%) afirmaram já ter sofrido pelo menos 1 aborto. Não foi abordado na pesquisa se esses abortos foram espontâneos ou provocados, no entanto, considerando que o tema é um tabu e a prática permanece ilegal no país, é possível supor que nesta pesquisa tenha ocorrido uma subnotificação desses casos.

Entre as participantes, 8 (22%) afirmaram estar grávidas e 32 (86%) já são mães. Entre as que são mães, a maioria tem 1 (40%) ou dois (44%) filhos; e 14 (44%) já tiveram a guarda de pelo menos um de seus filhos ameaçada, sendo que os conflitos familiares (50%) foram a causa mais citada.

A grande maioria das jovens declarou ter acessado mais de uma das instituições que compõem a rede de proteção, o que ressalta a importância dos serviços ofertados e de seu aprimoramento para a garantia dos cuidados às crianças e às suas famílias. O serviço público de saúde foi acessado por 27 das 37 participantes do projeto (73%) e as instituições não-governamentais, com destaque para a importância da São Martinho no cenário do centro da cidade, foram mencionadas por 14 delas (38%).

Tabela 10 - Adolescentes e jovens, por instituições acessadas

Tipo de instituição	Total	Percentual
outros serviços públicos de saúde	27	52
instituições não-governamentais	14	27
CRAS	5	10
consultório na rua	2	4
outros	2	4
não procurou suporte	2	4
total	52	100

OBS.: total ultrapassa 37 porque foram assinaladas mais de uma opção

Sobre o que mais poderia ajudá-las na criação de seus filhos, 61% das respostas estavam relacionadas à trabalho e emprego, o que confirma o imperativo da luta pela sobrevivência do grupo social investigado, e 27% à moradia.

Ainda sobre esse tema, é preciso ressaltar o papel de políticas sociais e o acesso aos direitos fundamentais na vida das participantes. Também foram citadas respostas como: *"cesta básica e ajuda de custo"*, *"benefícios sociais"*, *"um projeto que pudesse acompanhá-los de verdade"*, *"um lugar onde eles pudessem brincar"* e *"atividades esportivas para as crianças"*. Em uma resposta houve menção à educação, afirmando que *"é melhor livros do que armas na mão de crianças"*.

Ao serem perguntadas sobre porque tiveram filhos, metade das participantes manifestou o desejo de ser mãe (50%). Essas respostas foram permeadas por elementos como *"sonho de ser mãe"*, *"desejo de ter"* e o mais simples *"por que quis"*. Outras 8 participantes (25%) disseram

que a gravidez foi inesperada e, destas, 7 adolescentes e/ou jovens mencionaram de alguma forma o aborto em suas respostas, tendo predominado o medo e a negação da possibilidade de interromper a gestação.

Sobre os filhos das participantes, do universo de 57 crianças, 72% têm até 3 anos de idade. Em 39 (68%) desses nascimentos, a gravidez não foi planejada, conforme indica a tabela 11.

Tabela 11 - Filhos das adolescentes e jovens, por planejamento

	Total	Percentual
sim	18	32
não	39	68
total	57	100

Com exceção de 2 casos, todos os filhos foram registrados pela mãe biológica. Em um deles a pergunta foi deixada em branco e no outro a criança não foi registrada ainda. Em relação aos pais biológicos, 36 crianças (63%) foram registradas por eles também. Em 32 casos (56%), a participação dos pais biológicos na criação dos filhos é considerada nenhuma, mas em 21 (37%) foi apontado que os pais participam tanto financeiramente quanto afetivamente da criação dos filhos.

A tabela a seguir revela que 22 participantes da pesquisa (59%) sentem que não contam com o apoio de ninguém na criação dos seus filhos. Os avós maternos foram os maiores destaques no que diz respeito à rede de apoio das mães, citados por 19 participantes (51%), um número

superior ao dos pais das crianças, citados por apenas 11 adolescentes e/ou jovens (30%).

Tabela 12 - Filhos das adolescentes e jovens, por rede de apoio

Quem mais te ajuda na criação dos seus filhos?	Total	Percentual
ninguém	22	31
avós maternos	19	27
pai da criança	11	15
avós paternos	8	11
outros familiares	6	8
namorado ou companheiro	3	4
em branco	2	3
total	71	100

OBS.: total ultrapassa 57 porque poderiam ser assinaladas mais de uma opção

O fortalecimento das redes de apoio para as adolescentes e jovens mães, para além das preocupações financeiras, embora essas não sejam menos importantes, é fundamental para garantir que elas possam ofertar os cuidados necessários para seus filhos. São frequentes falas em que as mães se sentem sobrecarregadas no cumprimento de suas atividades e desejam uma maior participação dos pais na criação de seus filhos e de seus companheiros nas atividades domésticas.

A maior parte das crianças ainda não frequenta nenhuma instituição de ensino (51%); não apresenta problemas de saúde (77%); conta com uma unidade de saúde de referência (86%); está com a carteira de vacinação em dia (100%); a mãe fez pré-natal durante sua gestação (89%); e foi amamentada (75%). Entre aqueles filhos que foram amamentados, 19 (44%) o foram até os seis meses de idade.

5. Discussões e reflexões finais

Os resultados apresentados nesta publicação são fruto de uma longa parceria entre o Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI/PUC-Rio) e a Associação Beneficente São Martinho, que nos últimos anos tem unido pesquisa e ação para orientar os cuidados assistenciais voltados para adolescentes e jovens grávidas e/ou mães em situação de rua, a partir do conceito adotado pela Resolução Conjunta CNAS/CONANDA 001/2016.

Embora não tenhamos incluído os dados obtidos nas 8 ocupações e nos 4 locais de abordagem na rua, eles nos permitiram reunir características básicas sobre as condições em que vivem as 37 participantes da pesquisa. Quanto às ocupações, o texto alerta para perfis muito diversos destas na cidade do Rio de Janeiro, relacionados aos movimentos organizados de luta por moradia ou não. Nas 8 ocupações pesquisadas na Lapa e região do centro da cidade, registramos o número de moradores, as características do ambiente, o perfil dos moradores e sua relação com o espaço. Sabemos que o trabalho de conhecer esses locais de moradia e estreitar vínculos com seus ocupantes é de fundamental relevância para as instituições públicas que tenham a responsabilidade de trabalhar com o conceito ampliado de situação de rua na rede socioassistencial. Este é um ponto fundamental em uma cidade marcada por contrastes sociais

severos, com denúncias de inúmeros processos de remoção urbana forçada e intensificação do fenômeno da gentrificação. Nessa perspectiva, este estudo salienta o destaque positivo das participantes sobre o fato das ocupações em questão estarem localizadas no centro da cidade, onde há mais oportunidades de trabalho, geração de renda e acesso aos bens e serviços oferecidos na cidade.

A demanda por moradia regular em condições mínimas de respeito à dignidade humana precisa ir além das políticas consideradas “típicamente” sociais, como a assistência social, a saúde e a educação. Dentro da perspectiva da intersetorialidade, uma das políticas primordiais ao enfrentamento da “situação de rua” e que precisa estar mais presente é a política de habitação. Essa questão se revela, por exemplo, no fato de que a maioria das ocupações pesquisadas são prédios em condições irregulares e que não contam com o auxílio do Estado. Cabe ressaltar que, desde 2009, com a aprovação da Política Nacional da População em Situação de Rua, está previsto que a rede de acolhimento temporária existente incentive a articulação com os programas de moradia popular promovidos pelos governos federal, estadual e municipal (Art. 8º, §4º, Decreto 7053/2009).

Já em relação aos 4 locais onde foram realizadas abordagens nas ruas, os agentes de campo apontaram que ir ao encontro da população que sobrevive nas ruas da cidade apresenta múltiplos desafios. As condições de gravidez e mater-

nidade adolescente e jovem, recorte específico da pesquisa, trouxeram ainda mais dificuldades, uma vez que muitas dessas mulheres retornam para a casa de suas famílias de origem ou buscam alternativas de moradia em instituições de acolhimento, por exemplo. Ainda assim, foi possível localizar 6 participantes para a pesquisa e, a partir de seus testemunhos, obter informações básicas sobre os locais de abordagem nas ruas. Os agentes de campo puderam traçar uma estimativa da concentração de pessoas em situação de rua nesses espaços, observando a especificidade de crianças e adolescentes, como o trabalho infantil e os bebês expostos em colchonetes e tendas montadas nas praças. A pesquisa permitiu registrar algumas estratégias de sobrevivência das participantes, principalmente relativas à alimentação e ao uso de banheiros.

Em relação ao perfil das adolescentes e jovens grávidas e/ou mães, a coleta de dados permitiu reunir informações substanciais sobre as participantes e sua relação com o espaço onde viviam no momento da pesquisa. Conforme indicaram os dados, a maior parte das participantes tinha mais de 18 anos, porém é preciso salientar que parte delas engravidou durante a adolescência. Além da “maternidade precoce” e das vivências em situação de rua, falar dessas mulheres nos faz situá-las nas expressões da pobreza brasileira. O contingente pesquisado é marcado pelos desafios da luta pela sobrevivência e por ciclos intergeracionais de pobreza, permeados por carências, como indica o fato de que mais da metade das participantes declarou viver abaixo

da linha da pobreza. Além disso, a grande maioria das entrevistadas se autodeclarou preta ou parda e, dessa forma, além da condição de classe e gênero, a questão racial, e o que vem sendo tratado como “racismo estrutural”, também pode dificultar o acesso a bens e serviços, provocando violações de direitos. Estes são temas de grande importância e da maior delicadeza, tendo emergido de forma velada entre as participantes, pois requereriam outros tipos de aportes metodológicos para que fossem tratados.

Somam-se às questões acima citadas, a baixa escolaridade e o fato de que a maior parte das participantes não estava estudando no momento da pesquisa. A maioria não concluiu o ensino fundamental, o que é um dificultador para a produção de autonomia e ascensão social dos mais pobres. Dentre as participantes que estavam trabalhando no momento da aplicação dos questionários, as atividades laborais são precarizadas e oferecem uma baixa renda. Aquelas que não estavam trabalhando informaram que dependem do apoio dos companheiros e/ou familiares. Também foi ressaltada a importância dos auxílios assistenciais, com ênfase para o programa Bolsa-Família, além de outros tipos de ações realizadas por organizações não governamentais. Portanto, não se deve subestimar a importância das políticas de transferência de renda para este segmento social, algo tão ameaçado na conjuntura nacional atual.

No que diz respeito aos variados arranjos familiares, muitas vezes marcados por dinâmicas

instáveis, separações e conflitos, é possível considerar que a relação mais permanente continua sendo o vínculo entre mãe e filho. Ainda que nesta pesquisa tenha havido um considerável percentual de participantes inseridas em dinâmicas familiares em que há ou houve a presença de figuras masculinas, tais como pai, padrasto, avô e cunhado, é importante notar que, nos casos de separações conjugais e/ou reconstituições familiares com a formação de um novo casal, os filhos permanecem majoritariamente sob os cuidados maternos. Além do mais, como a maioria das participantes é filha de pais separados, chama atenção o fato de que apenas um terço delas mantém contato com o pai. Nessa mesma direção, a grande recorrência com que se registram violências familiares centradas na figura do pai e do padrasto aponta para a necessidade de seguirmos aprofundando o entendimento sobre as relações familiares, que são também atravessadas por questões de gênero e de abuso de poder do adulto sobre a criança e/ou adolescente. Contudo, esta tarefa está para além do foco nas próprias mulheres, mães ou filhas, de forma que pesquisas e ações precisam, também, ser dirigidas aos homens, com vistas à interrupção dos ciclos de violência contra a mulher. Portanto, reconhecer o valor social da matrifocalidade e atentar para as vulnerabilidades e potencialidades femininas em seu papel de proteção dos filhos e exercício do poder familiar não implica em excluir os homens dos trabalhos a serem desenvolvidas com o foco na promoção das famílias.

Um dos pontos que a pesquisa suscita é que cuidar de crianças e adolescentes é uma atividade trabalhosa e bastante demandante, de maneira que mães vivendo em contextos de vulnerabilidade, em especial as adolescentes e jovens, necessitam de atenção, cuidados e suporte assistencial continuados, para que possam produzir cuidados para si e proteção para seus filhos. É nesse sentido que se ressalta a relevância da rede de proteção social para assegurar que as famílias possam cuidar adequadamente de seus filhos, independente da composição familiar, sem que as mães se sintam isoladas durante a gravidez e após o nascimento.

É fundamental que essa rede de proteção e assistência considere e valorize as respostas das participantes quanto ao que mais poderia lhes ajudar na criação de seus filhos. Embora tenha sido destacada a relevância dos benefícios assistenciais, projetos sociais, creches e atividades esportivas para os filhos, foi na resposta “trabalho, emprego e casa própria” que as participantes viram um real diferencial para suas vidas. É importante reconhecer os desafios que acompanham esses desejos e, de imediato, dois deles saltam aos olhos. O primeiro refere-se à defasagem escolar, que compromete as ofertas de alternativas profissionalizantes e de inserção no mercado de trabalho dessas adolescentes e jovens mães. O segundo desafio, ainda mais complexo, diz respeito ao desemprego estrutural, uma vez que o modo de produção atual descarta, cada vez mais, força de trabalho viva, contribuindo para a produção de um contin-

gente de “sobrantes”, para o qual se investe em uma gestão da pobreza através da face penal do Estado. Sendo assim, é preciso investir em iniciativas de geração de renda e cooperativas de trabalho, visando o protagonismo dessas participantes na busca por estratégias de sobrevivência.

Nessa direção, um aspecto que deve ser mencionado diz respeito à influência do comércio ilegal de drogas no trabalho e na moradia das participantes da pesquisa. Com poucas alternativas para garantir a sua sobrevivência, essas adolescentes e jovens podem ser facilmente cooptadas pelo “tráfico de drogas”, na condição de pequenas varejistas, que é justamente o contingente relacionado a esta atividade que é mais apreendido pela polícia. A política de “guerra às drogas” tem sido denunciada como uma estratégia que seletivamente criminaliza apenas os pobres, sem atingir os setores mais poderosos desta economia transnacional tão lucrativa. O encarceramento feminino relacionado às drogas ilícitas é um dos que mais cresce no Brasil e, uma vez capturadas e privadas de liberdade, toda uma sequência de danos acontece na vida das mulheres, de seus filhos e de sua família. Neste sentido, é da maior importância produzir alternativas de renda para essas mulheres como prevenção à lógica criminalizadora da pobreza.

Também relacionado ao proibicionismo, que opera em um ambiente de tabus, preconceitos, moralismos e obscurantismos e impede a regulamentação de mercados, fazendo com que cer-

tas práticas ocorram de maneira violenta nas áreas mais pobres da cidade, está o “lado B” da gravidez indesejada. Sabe-se quão relevante é a disseminação da educação sexual nas escolas, a promoção de informações, acesso e uso regular de métodos contraceptivos, a prevenção às DST/Aids, o fortalecimento de estratégias de saúde que invistam em noções de planejamento familiar e até mesmo a garantia da ligadura de trompas quando há o desejo da mulher que já é mãe. Todavia, o tema permanece demonizado no Brasil. O movimento pelos direitos das mulheres vem trabalhando com a pauta do aborto legal e do direito de escolher da mulher. O fato é que a proibição e criminalização do aborto não são eficientes em impedir a prática de interrupções voluntárias de gravidez, que colocam em risco, sobretudo, aquelas mulheres que se encontram em situação de vulnerabilidade e não têm acesso à assistência médica e hospitalar adequada. É preciso que tal fenômeno, assim como o uso das drogas, seja tratado como uma questão de saúde pública, sendo orientado por uma postura laica, capaz de respeitar escolhas individuais e assegurar atendimento adequado aqueles que assim desejarem.

Por fim, entre temas mais consensuais e outros mais polêmicos, resta reafirmar nosso compromisso com a pesquisa e a ação na defesa dos direitos humanos, particularmente daqueles segmentos mais expostos à vulnerabilidade como é o caso da população infantil e juvenil. O quadro de violações de direitos de gestantes em situação de rua, marcado pela retirada da

guarda de seus filhos recém-nascidos ainda na maternidade hospitalar, indica que existe, nas políticas públicas brasileiras, uma grande lacuna de cuidados assistenciais em relação a esse segmento social específico. É nesse sentido que produzir uma sistematização de experiências como as que vêm sendo desenvolvidas no âmbito da parceria entre Associação Beneficente São Martinho e CIESPI/PUC-Rio é primordial. A produção de aportes teórico-metodológicos para as intervenções psicossociais e jurídicas é fundamental e essa iniciativa vem investindo em estratégias de escuta e ação, por meio da participação direta do público-alvo no que está sendo pensado, proposto e executado. É desta forma que a experiência que vem sendo acumulada, em articulação com a rede socioassistencial e as políticas intersetoriais, poderá contribuir para a assistência integral que essas mulheres necessitam e merecem, valorizando suas capacidades protetivas e socializadoras e formando competências para que elas possam atuar como agentes de mudanças sociais que reflitam positivamente em suas vidas.

6. Bibliografia

BRASIL. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA). Lei Federal nº. 8069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. POLITICA NACIONAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA. Decreto Federal nº 7053, de 23 de dezembro de 2009.

COMMITTEE ON THE RIGHTS OF THE CHILD (CRC). Concluding observations on the combined second to fourth periodic reports of Brazil. Publicado em outubro de 2015.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE; SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE; CAMPANHA NACIONAL CRIANÇA NÃO É DE RUA (CONANDA; SNDCA/MDH; CNER). Diretrizes Nacionais para o Atendimento a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua. Publicado em outubro de 2017.

CENTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE A INFÂNCIA (CIESPI/PUC-RIO). Seminário Maternidade Adolescente e Jovem no Contexto das Ruas, abril de 2016.

FERNANDES, Letícia P. Maternidade e Consanguinidade no Contexto da Situação de Rua. Fazendo In: Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder, Florianópolis, 25 a 28 de Agosto de 2008.

FERNANDES, Ravini S. A Maternagem em Unidade de Abrigamento: a relação entre

mães adolescentes e seus filhos. 2012. 89f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Faculdade de Enfermagem, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). O Direito de Ser Adolescente: oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades, 2011.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA). Situação da População Mundial 2019 – Um trabalho Inacabado. Publicado em abril de 2019.

GONTIJO, Daniela T. Adolescentes com Experiência de Vida nas Ruas: compreendendo os significados da maternidade e paternidade em um contexto de vulnerabilidade. 2007. 394f. Tese (Doutorado em Programa Multiinstitucional de Pós-Graduação) – Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

PENNA, Lucia Helena G. ET AL. A maternidade no Contexto de Abrigamento: concepções das adolescentes abrigadas. Rev Esc Enferm USP 2012; 46(3):544-8.

REDE NACIONAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA; INSTITUTO DA INFÂNCIA (RNPI; IFAN). Cartilha Primeira Infância e Gravidez na Adolescência, 2014.

RIZZINI, Irene; COUTO, Renata M. B. Gravidez na adolescência e maternidade no contexto das ruas. Rio de Janeiro: CIESPI/PUC-Rio, FAPERJ, 2016.

_____. População infantil e adolescente em situação de rua no Brasil: análises recentes. Rio de Janeiro: CIESPI/PUC-Rio, FAPERJ, 2018A.

_____. Maternidade adolescente no contexto das ruas. DESidades - Revista Eletrônica de Divulgação Científica da Infância e Juventude, nº19, ano 6, pp. 9-19, 2018B.

SANTOS, Kate D.; MOTTA, Ivonise F. O Significado da Maternidade na Trajetória de Três Jovens Mães: um estudo psicanalítico. Estudos de Psicologia, Campinas, 31(4), 517-525, out/dez 2014.

SCAPPATICCI, Anne Lise S. S. Contextos de vida e as vivências da maternidade de adolescentes em situação de rua. Aspectos sociais e psicológicos. 2006. 142f. Tese (Doutorado em Psiquiatria) – Escola Paulista de Medicina, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo.